EDITORIAL

Prof. Carlos Roberto Jamil Cury¹

Mais uma vez vem à luz a Revista do Instituto de Ciências Humanas trazendo a produção docente e discente. A produção científica exarada das instituições de ensino superior aponta para uma qualidade e função esperadas daquela instituição que carrega o estatuto de Universidade. Com efeito, de acordo com a lei de diretrizes e bases da educação nacional é obrigação das instituições universitárias tanto a produção intelectual institucionalizada quanto a promoção e a divulgação de conhecimentos científicos por meio de publicações.

É pelas publicações que o saber científico produzido se irradia evidenciando dentro do pluralismo metodológico os avanços de conhecimentos dentro da variedade de campos de saber. E por elas, vias qualificadas para a disseminação do conhecimento, se dá o debate intelectual entre os distintos pontos de vista.

Este número logo põe em tela uma antiga discussão: só o saber produzido na academia é legítimo? A rigor, a academia produz saberes com base em critérios e métodos científicos. Mas e o fazer? O fazer não gera ele um saber advindo das experiências vividas? Pelo menos do ponto de vista da lei de diretrizes e bases, consoante o seu artigo primeiro, o saber não é privilégio exclusivo da educação escolar. Por que o ofício de tropeiro não geraria saberes? E por que ele não poderia ser certificado? E este saber advindo da experiência, do fazer é tanto mais significativo quando ele possui detrás também o saber acadêmico. E uma das vertentes destes saberes nascidos dos fazeres é aquele nascidos da prática docente e mesmo discente. Daí a importância de uma recuperação de memórias que

¹ Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira (1971), Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979). Fez seu pós-doutorado, junto à Faculdade de Direito do Largo S. Francisco- USP. É professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da UFMG da qual é professor emérito. É professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais atuando na Graduação e Pós-Graduação (mestrado e doutorado). Foi membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Entre 1996 e 2004 foi membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) na Câmara de Educação Básica (CEB) da qual foi seu presidente por duas vezes. Foi Presidente da CAPES em 2003 e membro do CTC da Educação Básica (2009-2011) da CAPES. Foi membro da Comissão de Educação da SBPC e membro atual do seu Conselho Nacional. Foi também membro da Câmara de Ciências Humanas da FAPEMIG. É membro do Conselho Superior da CAPES. É pesquisador 1A do CNPq.

armazenam experiências bem ou mal sucedidas nem sempre relatadas ou codificadas.

Se a produção faz avançar os conhecimentos como registro humano, é preciso que este registro encontre condições gerais de prossecução. Entre estas está, de um lado a superação de matrizes históricas que significaram a discriminação de populações inteiras em nosso país, com especial atenção para a dimensão étnica. Mapear o passado, ajuda a evitar erros no presente. Mapear o presente, por exemplo, no caso de locais de tráfico de drogas, ajuda a gestão governamental no caminho de uma atenção maior a esta minoria. E, de outro lado, conseqüente aos direitos difusos e coletivos, está a proteção ao meio ambiente como base de nossa existência telúrica. Temos uma terra somente ! e é dela que devemos cuidar com todo o carinho.

Trazer estes temas à discussão, à ampliação de conhecimentos é um potente instrumento de cidadania e, nesta medida, da busca de um republicanismo renovado.

Em boa hora, este número da Revista do Instituto de Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais coloca à disposição dos docentes, discentes e interessados um volume de magna importância para a vida acadêmica e social.